



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 96/18 – sexta-feira, 1 de junho

Jornal A Crítica

Capa – 03
Governo empurra para a ZFM a conta do diesel – 04

Jornal Diário do Amazonas

Capa – 05
Coluna Claro&Escuro – 06
Subsídio do diesel afeta bebidas do PIM – 07

Jornal Em Tempo

Capa – 08
Empresas podem deixar o PIM e causar demissões com decreto de Temer – 09

Jornal do Comercio

Capa – 10
Coluna Frente&Perfil – 11
Coluna Follow-Up Empresarial: Programa de certificação de fornecedores – 12
Suframa e IBGE realizam 'Encontro de Contas Regionais' – 13

INDÚSTRIA E EMPREGO EM RISCO

Fatura-bomba cai no colo da Zona Franca

A fim de compensar perda de receita, Temer reduz de 20% para 4% incentivo de IPI para concentrados PÁGAS

03



Crise nos transportes > Consequências

Entre as medidas do governo federal para compensar a desoneração do diesel está a redução de incentivos para o setor de bebidas da Zona Franca de Manaus, fato que praticamente inviabiliza o segmento em Manaus e ameaça milhares de empregos.



Reação

Lideranças políticas e empresariais classificam medida como desastrosa para o modelo e vão pressionar para que governo volte atrás.

R\$ 740 milhões
Receita esperada

É quanto o governo espera arrecadar com a mudança na tributação do setor.

Governo empurra para a ZFM conta do diesel

Decreto reduz de 20% para apenas 4% os incentivos de IPI para indústrias de concentrados e inviabiliza setor na Zona Franca

REDAÇÃO E AGENCIAS - O governo federal publicou ontem no Diário Oficial da União o Decreto 9.394, que reduz incentivos fiscais para a indústria de refrigerantes como parte das medidas para conseguir compensar as perdas de receita com o acordo firmado com os caminhoneiros para o fim da paralisação da categoria. O problema é que a medida atinge duramente o setor na Zona Franca de Manaus, a ponto de inviabilizar a própria permanência das empresas no Amazonas.

Na prática, o decreto reduz de 20% para apenas 4% o incentivo de IPI para a produção de concentrados, principal produto exportado pelo Amazonas, e base da indústria de bebidas. Lideranças políticas e empresariais do Amazonas reagiram de imediato, criticando a medida que, para o Amazonas, "conta" pelo acordo firmado pelo governo federal.

A secretária da Fazenda do Amazonas (Sefaz) afirmou, por meio de nota, que a Medida Provisória constante no decreto 9.394 pode provocar a falta de competitividade do setor, alta disparada dos preços dessas bebidas no comércio local e o fechamento de pelo menos 12 mil postos de trabalho.

"O impacto é sobre a produção de concentrados e é por demais relevante já que a sistemática de tributação do IPI é o principal fator de competitividade das empresas na ZFM", admite o secretário-executivo da Sefaz, Ricardo Castro.

Na análise do deputado estadual Serafim Corrêa (PSB) essa medida inviabiliza a permanência do polo de concentrados em Manaus, que responde por um terço do faturamento da Zona Franca de Manaus.

Para a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), a fuga de incentivos fiscais incidentes nos concentra-



Concentrados são a principal matéria-prima para produção de refrigerantes que vivem nos tempos mais duros...



Medida ameaça até mesmo à produção de guaraná no município de Manaus...

Pontos
 ✖ **Outras medidas anunciadas**

- ✖ **Reoneração da folha de pagamento de 39 setores da economia;**
- ✖ **Cancelamento de dotações orçamentárias no valor de R\$ 1,2 bilhão em programas sociais e até no SUS;**
- ✖ **Queda da alíquota de devolução, de 2% para 0,1%, do Reintegra, que apoia empresas exportadoras;**
- ✖ **Redução de incentivos fiscais para as indústrias químicas e de refrigerantes localizadas em Manaus.**

dos de refrigerantes e a consequente saída de empresas do Polo Industrial de Manaus pode gerar a perda de 10 a 12 mil postos de trabalho.

"Esse decreto fere de morte o polo de concentrados de refrigerantes da Zona Franca de Manaus, e não só isso, representa uma drástica queda de receita com arrecadação e, como consequência, a perda de quase 12 mil empregos, diretos e indiretos", contabilizou o vice-presidente da instituição, Nelson Azevedo.

O empresário também alerta para o fato de o interior do estado ser afetado com a redução da alíquota do IPI, pois a matéria-prima de alguns refrigerantes, como o guaraná, é procedente dessas lavras.

Frases

"Esse decreto fere de morte o polo de concentrados de refrigerantes da ZFM e representa uma drástica queda de receita com arrecadação e a perda de quase 12 mil empregos, diretos e indiretos"
Nelson Azevedo
 Vice-presidente da Fieam

Análise

Serafim Corrêa

Deputado estadual (PSB)

Vamos pagar o pato?

Esse decreto inviabiliza a permanência do polo de concentrados em Manaus, que responde por um terço do faturamento do nosso Polo Industrial. Isto porque o principal incentivo da ZFM é a isenção de IPI. Foi por essa razão que só atraímos

os fabricantes de produtos que possuem altas alíquotas de IPI. A dos concentrados há uma 25 anos era de 40%. Hoje ela está em 20%. Agora, com o decreto de ontem, reduziu de 20% para 4%. Isso vai gerar uma receita de R\$ 740 milhões. Óbvio que esse é o valor que a medida jogou no colo das empresas que naturalmente vão reaver suas contas e ver se interessa continuar aqui. Não estranhem se houver uma mudança em bloco para um dos países do Mercosul, em especial o Paraguai. É hora de todos nós defendermos o nosso pedaço, sob pena de amanhã só termos uma opção: sentar na sarjeta e chorar.

Indústria vê falta de diálogo

Entidade que congrega fabricantes de bebidas não alcoólicas se disse surpresa. Deputados querem revogação do decreto

Em nota, a Associação Brasileira da Indústria de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas (Aibe) informou que a medida impacta profundamente o setor que gera cerca de R\$ 10 bilhões em impostos federais, estaduais e municipais. "Compreendemos o grave momento econômico nacional, a crise fiscal profunda por que passa o governo federal, mas acreditamos que nada justifica a ausência de diálogo com o setor", pontua a entidade, criticando a "brusca mudança do regime tributário de compensações fiscais" que "ameaça os investimentos e mesmo a operação de diversas indústrias."

"Há margem para o diálogo com a indústria para que se restabeleça a segurança jurídica dos investimentos pretendidos e também sobre aqueles já empreendidos na Zona Franca de Manaus [...] a fim de evitar prejuízos à indústria brasileira de refrigerantes e de bebidas não alcoólicas e a consequente e inevitável redução da arrecadação federal", conclui a Aibe.

PARLAMENTARES

O deputado federal Paudemey Avelino (DEM) lamentou a medida e alerta que vai causar saída das empresas do Polo Industrial que beneficiam e produzem os refrigerantes em Ma-



Deputado Paudemey Avelino aglutina forças para buscar a revogação do decreto

Desestímulo

O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, lamentou outra medida do governo, a redução de 2% para 0,1% no percentual do crédito tributário concedido para estímulo às exportações.

Na próxima segunda-feira (4), o parlamentar pretende promover uma reunião em Brasília com os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), de Ambev, Bernardo

Pinto Paiva e da Coca-cola Brasil, Henrique Braun, na busca de uma solução para o problema causado pelo decreto.

"Não podemos perder as empresas que já estão instaladas do PM para outros mercados mais competitivos, como Uruguai e Paraguai. Eu acredito na revogação dessa Medida Provisória", admite o deputado.

O deputado federal Alfredo Nascimento (PR) disse que o Amazonas não pode pagar pela política de preços equivocada da Petrobras e também pretende buscar a revogação do decreto.

"Não podemos aceitar que, para garantir ganhos aos acionistas e cobrir perdas da estatal, a Zona Franca de Manaus seja penalizada com cortes nos incentivos. O polo de concentrados, principal matéria-prima dos refrigerantes, é importante para a economia amazônica por representar quase um terço do faturamento industrial", disse.




9/ ECONOMIA

SUBSÍDIO DO DIESEL VAI AFETAR POLO DE BEBIDAS

Indústria de concentrados de Manaus terá reduzido de 20% para 4% a alíquota do Imposto Sobre Produtos Industrializados, medida é criticada pelos parlamentares como 'duro golpe' e 'falta de diálogo'

05



 **Bancada**
A bancada de deputados federais e senadores do Amazonas vai se reunir, neste final de semana, em Manaus para discutir as medidas que serão tomadas para reverter decisão do governo federal que alterou subsídios ao setor de concentrados de bebidas.



Acordo Para garantir o que foi negociado com os caminhoneiros, o governo federal cortou recursos de diversos programas e reviu o incentivo para o polo de concentrados de refrigerantes do PIM

Refrigerantes Parlamentares reagiram contra decisão do governo federal de reduzir incentivos dos concentrados de bebidas

Reinaldo Okita 06/08/2013

Da Redação com Agências
Redacao@diarioam.com.br

Manaus

Na tentativa de suprir as despesas oriundas do acordo com os caminhoneiros, o governo federal vai reduzir incentivos fiscais para exportadores e as indústrias química e de refrigerante, cortar recursos em praticamente todas as áreas do governo, incluindo programas, e pôr em prática um programa de subvenção econômica à comercialização do óleo diesel. O objetivo é somar R\$ 9,5 bilhões.

No caso dos exportadores, será reduzida a alíquota do Reintegra (Regime Especial de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras), programa que devolve aos exportadores parte dos impostos cobrados na cadeia de produção. A indústria química e de refrigerante perderá parte do crédito usado para abater de impostos.

O programa de subvenção econômica à comercialização do óleo diesel prevê reduzir o preço do combustível nas refinarias em 46 centavos por litro. O governo vai subsidiar 30 centavos. O restante vai ser completado por meio da redução de impostos que incidem diretamente sobre o diesel, como PIS/Cofins e a Cide, no total de 16 centavos. O programa segue até o fim do ano.

Pelos próximos 60 dias, o preço fixo do óleo diesel nas refinarias será de, no máximo, R\$ 2,03 por litro. Considerando que o preço de mercado poderá ser superior, o governo vai cobrir essa diferença pagando até 30 centavos por litro de diesel às empresas.

Na edição extra do Diário Oficial da União (DOU) de ontem também está publicada a lei, sancionada pelo presidente Michel Temer, que reonera a folha de pagamento de 39 setores da economia. A estimativa é que o impacto nos cofres públicos será de R\$ 830 milhões. Os benefícios se estendem até 2020.

Também está na edição extra a medida provisória que estabelece o cancelamento de dotações orçamentárias em diversas áreas, como programas de fortalecimento do Sistema

Único de Saúde (SUS), concessão de bolsas, reforma agrária, demarcação de terras indígenas, segurança e policiamento em estradas. A informação oficial é que o cancelamento de gastos foi definido de forma pulverizada para causar baixo impacto.

As áreas e programas que tiveram cancelados recursos para 2018 incluem a Promoção dos Direitos da Juventude; Simplificação e Integração dos Serviços Públicos (Bem Mais Simples); Políticas de Promoção de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Pesca e Agricultura; Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar; Reforma Agrária; Defesa da Agropecuária; Agropecuária Sustentável e Ciência, Tecnologia e Inovação.

Também foram impactados a Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies); Promoção e Gestão do Comércio Exterior e Incentivo à micro e pequena empresa, entre outros.


PIM

Políticos do AM criticam efeitos para segmento da Zona Franca

Parlamentares do Amazonas criticaram a decisão do governo federal em reduzir incentivos do polo de concentrados de bebidas, uma medida que, segundo deputados, afeta diretamente indústrias na Zona Franca de Manaus (ZFM). Pelo decreto do Presidente da República Michel Temer, o incentivo do IPI para concentrados será reduzido de 20% para 4%. O senador Eduardo Braga (MDB) afirmou que ficou surpreso e indignado com a falta de diálogo do governo federal ao reduzir o subsídio do IPI. "O governo federal deveria ter tido um diálogo anterior com o setor, com a bancada federal do Amazonas, o governo do Estado. Esta decisão pode provocar, inclusive, o fechamento do polo de concentrados de bebidas na Zona Franca", disse. Segundo o senador Omar Aziz

(PSD), a medida é um "duro golpe" na ZFM. "Se, arbitrariamente, sem uma discussão ampla com o setor, o governo federal toma esta atitude, isto cria uma insegurança jurídica muito séria. É o maior golpe que a Zona Franca teve num segmento tão importante, o segundo maior faturamento da ZFM", afirmou. O deputado federal Pauderney Avelino (DEM) informou que vai articular, hoje, reuniões entre representantes da Coca-Cola, Ambev, a presidência da República, Receita Federal e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia para solucionar esta questão. O deputado federal Alfredo Nascimento (PR) afirmou que "não podemos aceitar que para garantir ganhos aos acionistas e cobrir perdas da Petrobras, a Zona Franca de Manaus seja penalizada com cortes nos incentivos".

**Zona Franca
vai pagar conta do
subsídio ao diesel**

Economia 9 

08



Empresas podem deixar o PIM e causar demissões com decreto de Temer

Documento foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) e assinado pelo presidente Michel Temer, na última quarta-feira (30)

Bruna Souza

O setor de refrigerantes instalado na Zona Franca de Manaus deve sofrer com a redução de 20% para 4% da alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os concentrados que servem de base para bebidas produzidas na capital amazonense. O decreto 9.394 foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) e assinado pelo presidente Michel Temer, na última quarta-feira (30), "na surdina", segundo o deputado estadual Serafim Corrêa (PRB-AM).

A decisão do presidente faz parte do conjunto de medidas adotadas para compensar o subsídio de R\$ 9,5 bilhões ao diesel, negociado com os caminhoneiros. A compensação de recursos é uma medida para tapar a lacuna deixada pelo alto valor dos combustíveis e abre uma nova brecha, que impacta diretamente a economia local. A medida foi comemorada pela Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil (Afrebras), que disse que a redução de IPI corrige uma distorção tributária na indústria de bebidas. A redução, segundo a instituição, vai garantir que o insumo tenha alíquota inferior à dos produtos finais.

"São absurdos os valores em créditos tributários. Essas empresas compensam esses créditos gerados na fabricação de concentrados para abater tributos de bebidas alcoólicas, por exemplo", defendeu o presidente



DIVULGAÇÃO

Fabricantes de bebidas podem fechar unidades instaladas no parque industrial local e gerar desemprego

da associação, Fernando Rodrigues de Bairros, no ofício endereçado ao ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e ao presidente Temer para mudança da tributação para as empresas que recebem o benefício em Manaus.

Impactos negativos

Já o deputado Serafim Corrêa vê com preocupação a mudança no setor de bebidas. "Essa medida vai prejudicar a indústria de bebida instalada em Manaus, e isso pode acarretar em demissões em massa. O governo federal quer lucrar R\$ 740 milhões até o fim do ano. "Esse decreto atinge e, a meu ver, inviabiliza a permanência do

polo de concentrados em Manaus, que responde por 1/3 do faturamento do nosso polo industrial. Isto porque o principal incentivo da ZFM é a isenção de IPI. Foi por essa razão que só atraímos os fabricantes de produtos que possuem altas alíquotas de IPI. Os fabricantes vieram para cá, exatamente porque não pagavam essa alíquota e geravam crédito em valor correspondente ao que deixou de ser pago", comentou.

Serafim relatou que já entrou em contato com algumas autoridades do Estado para interceder junto ao governo federal, para rever o decreto presidencial. O senador

Omar Aziz (PSD) e o deputado federal Pauderney Avelino (DEM) foram os primeiros a demonstrar apoio. Serafim ainda aproveitou para "alfinetar" o governador do Amazonas, Amazonino Mendes.

"Para resolver esta situação, e Manaus não sofrer com o risco das empresas saírem do polo industrial, os políticos precisam se unir e o governador Amazonino Mendes precisa ir até Brasília lutar pelo Amazonas. Ele ficou inexpressivo durante a greve dos combustíveis, que foi resolvida de outra forma. Agora é hora dele fazer alguma coisa", declarou o deputado estadual.

REGIÃO

**Suframa e
IBGE realizam
o 'Encontro de
Contas'**

Página A5



CONTAS REGIONAIS

Entre os dias 5 e 8 de junho, das 9h às 17h, no auditório da Superintendência da Zona Franca de Manaus, a autarquia sedia mais uma edição do "Encontro de Contas Regionais dos Estados da Região Norte", evento realizado em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Este ano, o encontro tem por objetivo debater "O

futuro das estatísticas oficiais e os registros administrativos", temática que deve possibilitar a identificação de metodologias para aplicação dos dados dos documentos fiscais eletrônicos e demais registros administrativos em pesquisas e procedimentos ligados à elaboração dos produtos de estatística oficiais.



Follow-Up
EMPRESARIAL

EDITOR RESPONSÁVEL
ALFREDO MR LOPES*

Buscando corrigir os embaraços do Cadastro da Suframa, o superintendente da autarquia, Aprio Tolentino, conheceu em São Paulo o "Programa de Certificação Legal de Fornecedores para a Zona Franca de Manaus (ZFM)". Trata-se de uma iniciativa pioneira no Brasil, que passará a exigir de todos os FORNECEDORES de insumos para a indústria local elevados padrões de conduta ética e requisitos de conformidade legal, abrangendo aspectos fiscais, tributários, trabalhistas, ambientais, de sustentabilidade e, principalmente, de integridade.

O conceito do "Programa", segundo o superintendente, objetiva engajar e motivar as empresas acerca da importância da ética e da integridade, contribuindo para a qualificação dos Fornecedores e detectando eventuais práticas ilícitas ou desvios de conduta, de forma a gerar benefícios para todas as partes envolvidas na cadeia de comercialização de produtos destinados à Zona Franca de

Manaus - ZFM.

Flexibilidade e transparência

Ninguém está demandando privilégios nem favores. Ocorre que essa exigência descastraram que tem em mente problemas bem pontuais, já de conhecimento da autarquia e de controle mais rigoroso, não pode justificar o dano de todo um segmento. Recentemente, em reunião no CIEAM, o superintendente reconheceu a necessidade de corrigir desajustes do atual cadastro e anunciou mecanismos formais de flexibilização e transparência. Sua proposta está alinhada com o objetivo de ratificar o posicionamento da ZFM como catalisadora do desenvolvimento sustentável, promovendo a preservação do meio ambiente e a geração de empregos, além de contribuir efetivamente para o desenvolvimento econômico e social, de forma comprometida com o combate estruturado de práticas que prejudicam o ambiente de negócios, a sociedade e o País.

Programa de Certificação de Fornecedores

Portal de importação ganha corpo

Conforme anunciado nesta terça, os técnicos da Receita Federal - RFB - DUIMP apresentaram em Workshop o Novo Processo de Importação. A iniciativa decorre de uma parceria da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM) e a Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Amazonas com a Receita Federal do Brasil que trouxe para o auditório da SUFRAMA nesta terça-feira (28), os responsáveis pela mudança do processo de importação atual para o Portal Único de Comércio Exterior, marcado para ter a primeira parte da entrega para o dia 2 de outubro. Esta primeira entrega do portal entrará com um escopo menor, pois de acordo com o projeto a ideia é entregar gradualmente e fazer os ajustes necessários de acordo com os feedbacks dos usuários. De acordo com o

representante da Receita Federal, Ezequias Filho, o sistema do Portal Único SISCOMEX inovava a importação por ter sido pensado no processo. "Se só o sistema fosse mudar, a Receita faria sozinha, mas foi pensado para ser um novo processo, DI, DSI, LSI e LI serão substituídos". Essa mudança vai atingir exclusivamente as empresas OEA, importador ou adquirente para a via marítima - sem LPCO, ou seja, o módulo de sistema do Portal que lida com sistemas e petições.

Catálogo de produtos

O portal único é dividido em módulos, sendo que um deles, de acordo com Ezequias Filho, é muito importante para importação porque se trata do "catálogo de produtos" um sistema dentro do Portal onde são codificados e informados por produto e empresa, que deverá ser alimentado pelo próprio importador. No futuro, a solução de consulta será feita pelo produto catalogado. Um destaque

para o novo sistema é a simplificação da declaração única de importação não será feita para todas as operações. O sistema vai automaticamente pedir mais ou menos informação, conforme ele realize o resgate de dados já preenchidos em outros sistemas. Para Thais Salem, da Secex, o workshop é uma oportunidade de transmitir o novo processo e tranquilizar o público externo. "Esse sistema vai ser desenvolvido por etapas, é um escopo mínimo marítimo, OEA, sem LPCO. O feedback de vocês conseguimos fazer melhorias que não pensamos antes tanto para a iniciativa privada quanto os órgãos e fazer correções no software".

Próximas entregas

Futuramente, o portal vai possibilitar a inclusão de mais um adquirente na mesma declaração de importação e o pagamento do tributo pago no sistema mercante poderá ser realizado com todos os outros pela DUIMPE. Assim como o licen-

ciamento será condição para o desembaraço. A novidade mais esperada é a Inspeção eletrônica, onde a mercadoria ficará disponível por um tempo determinado para que sejam feitas as inspeções e vistorias necessárias pelos órgãos, que registrarão em documento eletrônico no portal único para consequente liberação. Um novo sistema de controle de carga e trânsito será criado para agregar todos os modais e está sendo desenvolvido com a DUIMPE junto a aquaviária. No que se refere a exportação, a DUIMPE diferente da DI não permitirá adições, mas possibilidade de ter, no mínimo, 100 mil itens (licenciamento e inspeção) para que o importador possa fazer a sua operação. O ato final da DUIMPE será a expedição da Nota Fiscal eletrônica para minimizar os possíveis erros.

Quanto à Exportação, um novo sistema de controle de carga e trânsito será criado para agregar todos os modais e está sendo desenvolvido com a DUIMPE junto a aquaviária.

*esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br



Suframa e IBGE realizam o 'Encontro de Contas Regionais'

Entre os dias 5 e 8 de junho, das 9h às 17h, no auditório da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), a autarquia sedia mais uma edição do "Encontro de Contas Regionais dos Estados da Região Norte", evento realizado em parceria pela Suframa e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Este ano, o encontro tem por objetivo debater "O futuro das estatísticas oficiais e os registros administrativos", temática que deve possibilitar a discussão dos novos desafios inerentes ao Projeto de Elaboração das Contas Regionais do Brasil, a partir da identificação de metodologias para aplicação dos dados dos

documentos fiscais eletrônicos e demais registros administrativos em pesquisas e procedimentos ligados à elaboração dos produtos de estatística oficiais.

O evento contará com a participação do superintendente da Suframa, Appio Tolentino, o presidente do IBGE, Roberto Ramos, o diretor de geografia do instituto, Cláudio Stenner, a coordenadora de Contas Nacionais, Rebeca Palis, e o coordenador de Contas Regionais, Frederico Cunha. Representantes dos governos dos Estados do Norte e técnicos da Suframa também estarão presentes para debater sobre os assuntos em destaque.

"Com base nas informações

já levantadas e analisadas pelas equipes da Suframa e do IBGE será possível realizar diversos diagnósticos, como quantificar o valor bruto da produção, o consumo intermediário, a adição de valor e outras variáveis macroeconômicas relacionadas à economia regional, cujos resultados servem para subsidiar as políticas setoriais para o desenvolvimento de cada Estado", destacou Appio Tolentino.

O diretor de geografia do IBGE apresentará, durante o evento, diversos exemplos de aplicação de dados dos registros administrativos, como índices de preços e de volume, estimativa de renúncia fiscal, proposta

inclusive na estimativa do relacionamento de rede das cidades brasileiras.

Contas

As Contas Regionais representam um subconjunto do Sistema de Contas Nacionais que propicia a mensuração de importantes variáveis macroeconômicas de maneira regionalizada, por Unidade da Federação e por município brasileiro. A atividade de elaboração padronizada das Contas Regionais surgiu em 1996 a partir de um Congresso promovido pelo IBGE com participação de vários Estados, em que se decidiu pela forma participati-

va e colaborativa por meio da cooperação de todos os Estados e do Distrito Federal. A adesão da Suframa ao processo, formalizada em 1998, permitiu o levantamento de dados voltados especificamente aos Estados da Amazônia Ocidental e Amapá.

Inscrições gratuitas

A participação no evento é gratuita e aberta a profissionais e acadêmicos nas áreas de Economia, Administração, Estatística, Geografia, Contabilidade, Planejamento, instituições e empresas com interesse na definição de políticas públicas no segmento econômico. O formulário de inscrição, bem

como mais informações sobre o evento, pode ser encontrado no endereço eletrônico (<https://doi.ty.com.br/contas-regiao-norte>).

Imprensa

Antes do início do evento, os titulares da Suframa e do IBGE estarão à disposição da imprensa, na sala VIP do auditório da autarquia, para conceder entrevista coletiva para esclarecer sobre os pontos que deverão ser debatidos no encontro. Mais informações podem ser obtidas com a Coordenação Geral de Comunicação Social da Suframa, pelo e-mail imprensa@suframa.gov.br e pelos telefones 3321-7037/7245.